PROGRAMA "ESCOLA SEM PARTIDO": CONTROLE IDEOLÓGICO E NEGAÇÃO DA AUTONOMIA DO PROFESSOR

CALEBE LUCAS FEITOSA CAMPELO, FRANCISCO ALEX MIRANDA DE OLIVEIRA, KÁTIA REGINA RODRIGUES LIMA

Tramita na Câmara dos Deputados e no Senado Federal projetos que ficaram conhecidos como "Programa Escola sem Partido". A gênese deste foi o movimento liderado pelo procurador Miguel Nagib, em 2004. O procurador, em 2014, apresenta o Projeto de Lei 2.974/2014 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O argumento central é que os professores estariam fazendo proselitismo ideológico e partidário visando corromper a juventude brasileira com ideias comunistas, de gênero etc. A pesquisa tem como foco: a) mapear as Assembleias Legislativas e Câmaras, nas quais o projeto está sendo debatido; b) identificar os protagonistas e a ideologia subjacente ao programa "Escola sem Partido". A investigação foi realizada mediante pesquisa bibliográfica e documental. O PL está tramitando em diversas instituições: Câmara dos Deputados; Assembleias Legislativas dos estados do RJ, GO, SP, ES, CE, DF, RS e AL; nas Câmaras de Vereadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Palmas, Joinville, Santa Cruz do Monte Castelo, Toledo, Vitória da Conquista, Cachoeiro do Itapemirim e Foz do Iguaçu. O Programa é defendido por parlamentares como o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) e o senador Magno Malta (PR-ES) que apresentaram o Projeto de Lei nº 867/2015 e PLS 193/2016, respectivamente. Convergindo com esse projeto, o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) propõe o PL 1.411/2015 que tipifica o "crime de assédio ideológico". No referido PL, consta a pena-detenção de 3 meses a 1 ano e multa para o professor, educador, coordenador, orientador ou psicólogo escolar que cometer "assédio ideológico". O PL foi retirado em abril de 2017. Há um conjunto de PLs que visam incriminar o professor, amordaçar a escola instaurando verdadeiro Estado penal, ferindo o artigo 206 da CF/1988, cerceando a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. O conteúdo ideológico do programa "Escola sem Partido" significa cerceamento da autonomia do professor no ato de educar e do aluno no processo de sua formação; obstáculo ao tratamento científico de conteúdos pedagógicos; instaura na escola controle ideológico de viés protofascista; dissemina a intolerância às questões de gênero e étnico-racial corroborando a criminalização do professor, e, em última instância, dos movimentos sociais. O "Programa Escola sem Partido" ou melhor definindo, "Escola Amordaçada" precisa ser amplamente discutido e combatido pela sociedade tendo em vista a justa defesa do ensino público, laico, autônomo e da formação crítica dos educandos.

PALAVRAS-CHAVE: AUTONOMIA DO PROFESSOR. PROGRAMA "ESCOLA SEM PARTIDO". ESCOLA AMORDAÇADA.

ÀREA TEMÀTICA: EDUCAÇÃO E TRABALHO NA FORMAÇÃO DOCENTE: IDEOLOGIAS, CONDIÇÕES DE TRABALHO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E MAL-ESTAR DOCENTE

FORMA DE APRESENTAÇÃO: PÔSTER